

destacável

VOZDIPOVO

INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO
BIBLIOTECA

16 de Fevereiro de 1985

O Encontro Nacional sobre as Pescas, realizado de 5 a 12 do corrente mês na cidade da Praia, constituiu uma etapa importante para uma abordagem séria, que há muito se tornava necessária, os vários problemas que afectam este sector de primordial importância para o desenvolvimento económico de Cabo Verde.

Com efeito, os cerca de noventa participantes, oriundos de diversos pontos do país, tiveram a oportunidade de levantar e discutir, de uma forma aberta e franca, as questões que têm impedido uma maior eficácia do sector, dando, desta forma, a sua contribuição importante na procura das soluções mais adequadas para os problemas.

O grande número de temas abordados e das intervenções registadas durante o Encontro, irão, com certeza, servir de base para uma melhor definição da política do Governo no sector das pescas, porquanto este evento ocorre no momento em que têm lugar os trabalhos de preparação do II Plano Nacional de Desenvolvimento.

Por outro lado, o Encontro constituiu uma ampla tribuna de discussão onde todos os participantes, independentemente do seu grau de instrução material, dos seus hábitos e costumes, usaram do direito de expor ideias, formular sugestões, crítica e auto-crítica.

E com o objectivo de dar aos leitores uma ideia, embora modesta, dos principais pontos abordados neste Encontro que "VP" dedica neste número um caderno especial sobre o acontecimento, o qual, estamos convencidos, irá contribuir de forma decisiva para o futuro desenvolvimento de um sector-chave da economia nacional.

CARVALHO SANTOS



Pesca

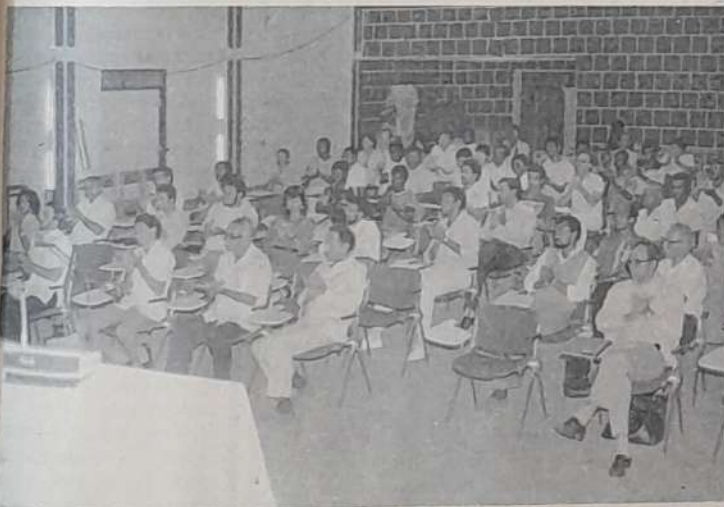
UM ISCO PARA O DESENVOLVIMENTO

A análise do estado actual do desenvolvimento das pescas em cada um dos seus sub-sectoros (artesanal e industrial), a avaliação dos empreendimentos actuais que estão a ser levados a cabo, análise dos diferentes sectores e definições de políticas que impulsionem o desenvolvimento integrado do sector, o papel do Estado na criação de bases materiais, técnicas e científicas indispensáveis ao desenvolvimento e o encorajamento à participação dos parceiros sociais como via para a concepção e materialização de estratégias de desenvolvimento foram, entre outros, temas do 1.º Encontro Nacional das Pescas, que teve lugar no Centro Social 1.º de Maio. O encontro, que decorreu de 5 a 11 de Fevereiro sob o lema "Diálogo, Convergência e Participação" contou com 86 participantes vindos de todas as ilhas, nomeadamente representan-

tes das comunidades de pesca artesanal, de empresas privadas de pesca industrial, de vários departamentos do Estado, de projectos de cooperação, quadros das empresas públicas do sector, responsáveis e técnicos da secretaria de Estado das Pescas e representantes das comunidades dos pescadores de todos os concelhos do país.

tes das comunidades de pesca artesanal, de empresas privadas de pesca industrial, de vários departamentos do Estado, de projectos de cooperação, quadros das empresas públicas do sector, responsáveis e técnicos da secretaria de Estado das Pescas e representantes das comunidades dos pescadores de todos os concelhos do país.

CARLOS SEMEDO



Oswaldo Lopes da Silva

Política de pescas tem de ser rentável

"No limiar do X aniversário da Independência Nacional, devemos reconhecer que os resultados atingidos no sector das pescas não estão em relação nem com a importância que o Governo sempre atribuiu ao sector nem com os esforços consentidos", tais foram as palavras do ministro da Economia e Finanças, Oswaldo Lopes da Silva, na cerimónia de encerramento do 1.º Encontro Nacional das Pescas.

Na sua intervenção, o titular das Finanças teceu várias considerações sobre o sector, dizendo, a dado passo, da sua intervenção: "o volume das capturas não assegura ainda um abastecimento satisfatório dos centros urbanos e muito menos das populações do interior. A exportação do atum congelado e da lagosta mantém-se estacionária, a produ-

ção da conserva não sofreu, em 10 anos, qualquer evolução nem quantitativa nem qualitativa".

Os magros resultados, segundo Oswaldo Lopes da Silva, deveu-se, em grande parte, à extrema complexidade do sector, que trabalha com um produto facilmente perecível e que tem como principais pontos de apoio pequenos centros populacionais isolados e de acesso difícil.

Sobre a dispersão do nosso território, (o ministro defendeu que constitui um factor limitativo ao desenvolvimento, dificultando as ligações e prejudicando as economias de escala.

É no sector das pescas que os efeitos negativos dessa dispersão mais se fazem sentir, acrescentou Oswaldo Lopes da Silva.

● 5 de Fevereiro passa a ser o Dia Nacional do Pescador

● Cooperativa: instrumento vital para o desenvolvimento da pesca artesanal

● Sugerida a diminuição da intervenção pública na actividade das pescas

● Investigação científica constitui um vector fundamental do desenvolvimento

● Legislação adequada para disciplinar a actividade das pescas

Conclusões do Encontro

Modernizar o sector

A modernização do sector das pescas foi praticamente o ponto forte do Encontro. Com efeito, foi reconhecido que sem ela não é possível a rentabilidade desejada. O primeiro ministro Pedro Pires,

no discurso da abertura, reconheceu esse facto e prometeu políticas que visem o seu desenvolvimento. Os pescadores através das declarações mostraram-se sensíveis ao desenvolvimento do sector e re-

conheceram que sem ele não é possível a saída do actual marasmo. No documento final, a modernização é considerado o instrumento vital para a melhoria das condições dos intervenientes.

PESCAS

MEMÓRIA DO PRIMEIRO ENCONTRO

Os trabalhos do encontro desenvolveram-se com base na apresentação e discussão de uma vasta documentação versando diversos aspectos que caracterizam a situação dos sub-setores da pesca industrial e da pesca artesanal, aspectos ligados à investigação científica e à formação profissional, política e mecanismos de suporte ao desenvolvimento do sector.

No tocante às comunidades da pesca artesanal, todos os representantes das comunidades de pescadores leram comunicações, em que situavam os seus principais problemas, apresentando sugestões e dados estatísticos quanto ao número de botes e demais equipamentos.

Alguns pescadores levantaram questões concretas, nomeadamente a disponibilidade e o preço de materiais e engenhos de pesca, materiais de construção, manutenção e reparação dos botes, peças e acessórios para motores de popa; infraestruturas (abrigos, câmaras de frio, postos de venda) e meios de transporte que facilitem a evacuação do pescado; problemas ligados à problemática da isca; várias questões ligadas à comercialização do pescado; diferentes tipos de apoio que os pescadores gostariam de receber, sugestões quanto à necessidade de seguros e previdência social que protejam o pescador e sua família e lhe permitam renovar ou substituir equipamentos e acessórios danificados ou perdidos.

Foram ainda apresentadas sugestões e preocupações que se relacionam com a necessidade de oferecer condições para que os jovens que se interessam pela profissão; possibilidade da organização dos pescadores em associações ou cooperativas; possibilidades de acesso ao crédito de campanha ou de equipamento;

críticas e sugestões sobre a actividade da SCAPA, empresa que, não obstante as críticas que lhe foram formuladas foi reconhecida pelos pescadores como instrumento útil ao apoio às actividades da pesca artesanal e na garantia de melhores receitas aos pescadores. Neste quadro, foi solicitada a implantação desta empresa nas ilhas onde ainda ela não actua.

No que diz respeito à empresa de pesca industrial, as comunidades apresentaram diversos problemas com que se debate o sector, nomeadamente a problemática da isca, que cria determinadas situações de concorrência e de conflito entre pescadores artesanais e operadores de barcos nacionais e estrangeiros da pesca industrial; problemas quanto à exportação; mercados, qualidade de produto e transações bancárias, necessidade de actualizar e dinamizar uma política de crédito que considere as características específicas do sector das pescas e o mesmo no que se refere aos seguros e à previdência social, à fiscalização fiscal e aduaneiras, às normas que orientam o comércio externo relativo ao sector, à segurança marítima; necessidade de apoio ao sector com uma política de formação profissional, disponibilidade de estruturas para a recuperação de barcos e equipamentos motorizados, além da definição de uma política de preços de conservação do pescado que incentive a actividade da pesca e ainda que sejam postas em prática outras modalidades de apoio à frota pesqueira.

A pesca artesanal corresponde em Cabo Verde à pesca tradicional, que utiliza pequenos botes e algumas práticas e métodos de pesca seculares.

Ela ocupa à volta de quatro mil pescadores que, incluindo os familiares dos mes-



Um dos aspectos do Encontro

mos, totalizam mais de 8 por cento da população residente, distribuída por mais de setenta comunidades de pescadores artesanais, em sua maioria aldeias de pequenas dimensões, implantadas quase sempre face ao mar, o que contribui para o seu isolamento, ao mesmo tempo que encarece e dificulta o acesso aos serviços e infraestruturas.

Os pescadores artesanais defrontam-se hoje (segundo um documento apresentado no encontro) com novos problemas e exigências. A sobrevivência e o desenvolvimento da pesca artesanal dependem, mais do que nunca, de uma tomada de consciência colectiva da importância e das potencialidades deste sector económico, vital para o país, e da identificação das principais acções que poderão modificar, a curto e médio prazo, as condições de trabalho dos pescadores. Os principais operadores económicos e sociais em presença deverão agir de maneira concertada: os pescadores artesanais (organizados a nível das suas comunidades e a outros níveis), os outros operadores que participam da pesca artesanal e

da pesca semi-industrial (também organizados a diferentes níveis), os empresários públicos e privados e os serviços e instituições de Estado.

ACHADA PONTA: BELO EXEMPLO DE COOPERATIVISMO

Na sua contribuição para o I Encontro Nacional das Pescas, o INC, a partir do caso Achada Ponta (a 6 quilómetros da vila de Pedra Badejo, freguesia de Santiago Maior, no Conselho de Santa Cruz) apresenta uma série de sugestões para a elaboração de um estratégia de desenvolvimento de uma comunidade piscatória.

O documento apresenta os antecedentes e o processo em curso no trabalho com a comunidade piscatória. Depois de apresentar as hipóteses de desenvolvimento e de descrever a situação geral da zona, o documento do INC conclui com propostas quanto à organização das comunidades piscatórias. No caso da Achada Ponta, decidiu-se pela criação de uma comissão local para o desenvolvimento, já em funcionamento, e com-

posta de sete pessoas, cuja forma de organização e funções são descritas, assim como a sua provável evolução.

A aldeia da Achada Ponta foi considerada pelo INC uma das zonas de intervenção prioritária a partir dos seguintes critérios: existência de actividades de produção, problemas de abastecimento e inexistência de acções de desenvolvimento na aldeia. Neste sentido, uma primeira recolha de dados sobre a aldeia foi efectuada no quadro do estágio de inserção profissional dos cursos TOPC. Na sequência dos trabalhos, em Abril de 1983, deu-se início à dinamização dos pescadores com vista à criação de uma cooperativa para abastecimento dos factores de pesca. Em consequência, um grupo de interessados reuniu elementos para a elaboração de um projecto, tendo em conta as características da aldeia.

A aldeia em questão foi seleccionada para o estudo e aplicação dum método de planificação do desenvolvimento, com vista à elaboração de um projecto de desenvolvimento integrado comunitário. A primeira fase do tra-

balho conta com o apoio de um técnico de animação com meios audio-visuais, um coordenador de centro de educação e promoção cooperativa de Pedra Badejo, um responsável pela educação e formação e um responsável pela contabilidade e gestão do centro.

A primeira tarefa da equipa foi de reflexão sobre a metodologia a aplicar e a definição dos conceitos operacionais necessários à execução dos trabalhos no local.

O CRÉDITO COMO INSTRUMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO DAS PESCAS

Ao contrário do sector agrícola que, salvo algumas excepções, até uma data recente não tinha acesso ao crédito bancário directo, o financiamento das pescas esteve sempre contemplado nos programas do BCV.

De 1976 a 1982, o Banco financiou, com empréstimos a médio e longo prazo, num valor de 32.500.000 escudos, operações, consistindo estas na compra de traineiras, le-gosteiras, motores e apetrechos diversos de pesca.

Beneficiaram desses financiamentos pequenas empresas e armadores individuais, entre os quais alguns antigos emigrantes.

Nos dois últimos anos, o Banco ampliou o nível das suas intervenções neste sector tendo financiado, respectivamente em 1983 e 1984, operações num montante de 129.000.000 e 146.000.000 de escudos, com a seguinte distribuição: empréstimos a mais de um ano - 21.750 mil e 9.085 mil escudos, correspondentes, respectivamente, a 17 e 6 por cento do total utilizado pelos armadores privados em operações de investimentos (compra, fabrico, remodelação de traineiras, aquisição de motores, redes e sondas).

Empréstimos a curto prazo: 107.077 mil e 137.000 mil escudos, representando 83 e 94 por cento do total aplicado pelas empresas estatais na cobertura das despesas de campanha.

Segundo o dr. Manuel Costa, técnico do Banco de Cabo Verde, os financiamentos a médio e longo prazo não têm causado problemas ao BCV, mas o mesmo não tem acontecido com os créditos de campanha.

Com efeito, segundo o dr. Manuel Costa, "este tipo de operação, que não deve ultrapassar um prazo de 7 a 8 meses, suficiente, a nosso ver, para cobrir o período de pesca de atum (Maio e Outubro) e a respectiva comercialização, estende-se, muitas vezes, por

Condições para crédito

Serão tomadas pelo BCV as medidas tendentes ao reforço técnico do pessoal das agências, de modo a permitir uma descentralização efectiva das funções e das responsabilidades, reduzindo as demoras inerentes aos processos de financiamentos. A viabilização do programa e a sua renovação dependerão, antes de mais do controlo que se conseguir exercer na aplicação dos fundos mutuados, bem como na recuperação dos empréstimos, concluiu o documento do BCV.

No documento final do encontro reconheceu-se efectivamente a importância do crédito para o desenvolvimento das pescas e o esforço que neste domínio o Banco de Cabo Verde vem desenvolvendo. Todavia considera-se de utilidade redobrar o esforço no sentido de uma política para o sector na sua globalidade e que se processe na base de programas.

Reconheceu-se, contudo que o êxito do crédito aplicado à pesca artesanal esta depende da superação de algumas dificuldades, tais como o escoamento do pescado e os preços.

Uma das condições essenciais para a obtenção do crédito bancário e a associação dos pescadores em grupo. Com efeito, todos reconheceram esse facto, quer os pescadores, quer os representantes do BCV.

Segundo o Banco de Cabo Verde, desde que exista uma comunidade organizada, o Banco poderá financiar os projectos comunitários apresentando um interesse económico através de unidades de conservação dos produtos, equipamentos de transportes e materiais de reparação de botes e motores. Com efeito, na base da avaliação das necessidades de financiamento do sub-sector, o Banco fixará, de acordo com as suas disponibilidades, "um plafond" anual de crédito à pesca artesanal. Esta intervenção do Banco poderá ser reforçada pela gestão de financiamentos externos que vierem a ser concedidos ao sub-sector em condições concessionais. A afectação do montante por ilha ou por comunidade será acordada entre o BCV e a SEP, devendo os serviços das pescas prestar aos futuros mutuários e ao Banco o devido apoio na constituição dos dossiers de empréstimo e na avaliação técnica dos pedidos.





Momento da aprovação do documento final saído do encontro

periodos superiores a 13 meses, o que significa uma imobilização excessiva dos recursos do Banco, não compensada por uma remuneração adequada, tendo em conta os juros altamente bonificados pelo BCV até 31 de Dezembro de 1984 nos empréstimos a curto prazo (6,5 por cento ao ano)".

Acrescentam-se ainda a esta situação (segundo o dr. Manuel Costa), as dificuldades resultantes da impossibilidade das empresas assumirem no prazo contratualmente estabelecido os seus compromissos com o financiador e, em certos casos, a falta de colaboração com o Banco no sentido de se chegar a um entendimento sobre o nível de financiamento ideal e possível. Dois objectivos principais sustentam as intervenções do Banco no sub-sector da pesca industrial, o aumento das capturas e acriação de novos postos de trabalho.

As estatísticas disponíveis comprovam uma melhoria gradual desses índices nos últimos anos, sem que o nível atingido possa ser considerado encorajador.

PESCA ARTESANAL: O MENOS APOIADO

A fraca actuação do Banco de Cabo Verde no sub-sector da pesca artesanal explica-se (segundo o documento do BCV) pela existência, entre outros, de três factores limitativos: a fragilidade das garantias, não disponibilidade de auto-financiamento, aleatoriedade das receitas em relação aos pagamentos a prazos fixos das prestações de capital e juros. A remoção destes factores, que colidem com a prática bancária, requer uma acção concertada entre vários intervenientes: os serviços das pescas, o ISPS, o Banco e o mutuírio. No capítulo das garantias (citando o documento) dois tipos poderão incidir sobre um empréstimo do Banco a um pequeno empreendimento da pesca artesanal. Uma garantia real, incidindo sobre o bem financiado ou outros bens pertencentes ao beneficiário, traduz-se na maioria dos casos, no penhor

As conclusões

Os participantes congratularam-se com a prestimosa contribuição que o camarada primeiro ministro prestou aos trabalhos do Encontro, particularmente pelas importantes orientações que ao mesmo transmitiu.

Os participantes manifestaram apreço pela oportunidade que lhes foi proporcionada de visitarem o interior da ilha de Santiago, o que lhes permitiu constatar os resultados do elevado esforço de desenvolvimento que vem sendo empreendido no meio rural desta ilha.

O Encontro acolheu e aprovou com calorosa aclamação, a ideia sobre a institucionalização do "dia nacional do pescador" como forma de simbolizar o valor que a sociedade cabo-verdiana atribui à acção profissional do pescador e à importância da pesca na vida nacional.

Assim, o Encontro sugeriu ao secretário de Estado das Pescas que desenvolvesse as iniciativas que neste sentido se mostrarem necessárias e propôs que a data seja 5 de Fevereiro, em reconhecimento do marco histórico que passará a representar a sessão de abertura do I Encontro Nacional sobre as Pescas.

Pelo elevado espírito de diálogo franco e de responsabilidade que caracterizaram as sessões de trabalho, o Encontro situou-se no espírito do balanço que será promovido

do decorrer do 10. ano da Independência Nacional.

Pela forma profunda e objectiva como foram analisadas as carências e as insuficiências do sector, bem assim as possibilidades de desenvolvimento que se oferecem e as medidas que neste sentido deverão ser adoptadas, o Encontro sugere que o II PND situe em devido destaque o sector das pescas e que os projectos e os programas que o integrem respondam aos anseios que os participantes manifestaram.

Não obstante as inúmeras carências e insuficiências que persistem, o Encontro reconheceu o esforço que o Estado vem desenvolvendo com vista à sua superação e encorajou a prosseguir nesta via, através da adopção das medidas e da implementação dos mecanismos que articulem com as exigências de cada momento.

Os participantes revelaram a oportunidade e a importância do Encontro e manifestaram o seu elevado apreço pelo rigor e o elevado espírito de responsabilidade na criação das condições materiais e técnicas para a sua realização.

Assim, enalteceram a via do diálogo e da concertação seguida pela Secretaria de Estado das Pescas e expressaram a sua inteira disponibilidade em responderem de forma activa, franca e interessada a este esforço.

dum bote ou motor. Se o objecto não estiver segurado esvazia-se o conteúdo da garantia.

O SEGURO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

O Seguro e Previdência Social constituem para a actividade das pescas um instrumento fundamental

Na produção do documento do Instituto de Seguros e Previdência Social, que foi submetido a uma grande discussão, lê-se o seguinte: "Embora não disponhamos da estatística da sinistralidade no sector das pescas, cremos, com firme notícias, que alguns acidentes tem ocorrido no sector, ceifando a vida daqueles que, saindo à procura do

pão, encontram às vezes a morte. Se é inevitável a ocorrência do sinistro, já não o é a protecção às vítimas. Tal facto tem merecido a nossa preocupação, e isso só não encontrou formas de resolução devido às próprias características organizativas do sector, pelo que se concluiu que o enquadramento dos pescadores passa em primeiro lugar pela organização da classe e do próprio sector. Definidas essas premissas, resta uma outra, não menos importante, que é a do financiamento. Sobre o caso, cremos que o Decreto Lei 84/78 no seu artigo 18-4 prevê a adopção de um regime especial de prémio para a exploração agrícola e piscatória, isto é, relativamente aos acidentes de trabalho e doenças profissionais. Concomente ao sistema de previdência social, embora o mesmo princípio não tenha sido consagrado na legislação ele é tecnicamente possível, se se admitir a classificação dos pescadores artesanais como trabalhadores independentes cujo regime de financiamento não pode ser igual aos dos trabalhadores por conta de outrem. Este é um assunto que o Instituto se encarregará de estudar numa perspectiva de enquadramento dos pescadores não afectos às instituições, ou melhor, sem subordinação jurídica a uma entidade".

FROTA PEQUENA: IDADE MÍNIMA 20 ANOS

O documento do Instituto de Seguros e Previdência Social adianta que a frota pesqueira em Cabo Verde tem uma idade média de 20 anos e que mais de metade ultrapassa os 15 anos, idade ideal para o abate e exploração em razoáveis condições de segurança. Uma frota, além de envelhecida (segundo ISPS), tem ainda como agravantes a deficiente preparação técnica das tripulações, a falta da devida diligência das tripulações, a deficiente administração dos navios, o facto de os barcos serem de madeira e o estado deficiente de conservação de algumas unidades.

Eng. Miguel Lima:

O encontro foi um acto político

O eng. Miguel Lima, Secretário de Estado das Pescas, um dos grandes impulsionadores do 1.º Encontro Nacional das Pescas e em grande parte responsável pelo seu êxito, devido ao cunho pessoal que imprimiu aos trabalhos, no final do Encontro deu uma entrevista à nossa reportagem.

Qual é o significado político que atribui a este Encontro?

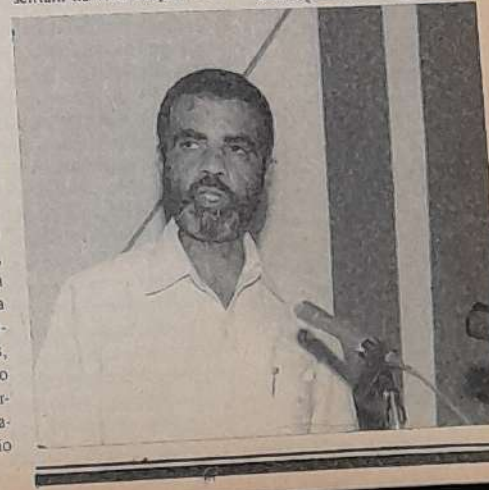
Tomou-se um hábito no nosso país a organização de eventos desse tipo, mas para o sector das pescas nunca se tinha feito nada de género. Por isso, consideramos o encontro um acto iminentemente político. Antes de tudo, porque é a primeira ocasião que tivemos para debater questões importantes sobre as pescas, sobretudo quando esse debate é feito com representantes de todas as áreas de actividade do sector; segundo, porque temos vindo a desenvolver uma grande reflexão sobre quando imprimir o novo impulso ao desenvolvimento do sector e pensamos que, na base das ideias de que dispomos, seria conveniente levar essas ideias à apreciação dos pescadores e empresários, de forma a podermos concertar-nos sobre o que efectivamente interessa ao desenvolvimento do sector; ademais, nós estamos no X.º aniversário da Independência Nacional, e quisemos agir antecipadamente no balanço que o país pretende promover no decorrer deste ano. Assim, ao trazermos ao Encontro a problemática da pesca, na base de um balanço crítico do que fizemos e do que não fizemos, os objectivos que tínhamos fixado, o que é foi atingido em relação aos objectivos fixados, parece-nos que demos uma contribuição antecipada nesse balanço, sem que isso ponha em perigo o balanço que vai ser utilizado na promoção da análise global do país. Consideramos também que foi um acto político, na medida em que houve como que uma intenção de chamar à sociedade cabo-verdiana a reflectir sobre o papel que as pescas representam na vida do país. Fize-

mos com que haja uma atitude mais positiva em relação às pescas e em relação aos pescadores. E, com a realização do encontro, mostrámos que a pesca é importante para o desenvolvimento nacional e, como tal, tem características que podem encorajar à adesão dos jovens ao sector. O orçamento ordinário do Estado sugere propostas no âmbito dos planos nacionais de desenvolvimento, programas e projectos de desenvolvimento do sector. Portanto, agora compete ao Governo criar e pôr à disposição do sector os meios financeiros que forem necessários, para que as pescas assumam de facto o papel que lhes é exigido na vida do país.

Tam-se dito que o Encontro se deveu ao cunho pessoal que introduziu na sua preparação. Continuará a exercer esse cunho pessoal para que as coisas andem para a frente?

Como se sabe, em 1983 foi criada a Secretaria de Estado das Pescas, uma medida que foi feliz, porquanto permitiu a esse departamento de estado a orientação da política de desenvolvimento do sector das pescas. Essa nomeação recaiu sobre mim. Primeiro, tentei conhecer os problemas do sector, as carências e medir insuficiências, e é nesta medida que o Encontro surge no itinerário de uma estratégia que adoptei com vista ao conhecimento pessoal dos problemas que se colocam ao sector. Portanto, o Encontro de forma nenhuma surge isolado, ele é um elemento de um conjunto respeitante à forma de preparar o desenvolvimento do sector em bases novas. Daí, ser normal considerar-se que houve o cunho pessoal na concepção da organização do Encontro.

No entanto, devo dizer com apreço que houve uma participação activa do pessoal da Secretaria de Estado das Pescas que colaborou a vários níveis, seja do departamento do Estado, seja de pessoas anónimas. Portanto, o êxito do Encontro deve-se também a todos esses colaboradores.



Arcília Barreto, directora da SCAPA

As responsabilidades têm de ser repartidas



Opiniões dos pescadores

Alexandre Alinho (Armador privado - S. Vicente) - Fiquei extremamente satisfeito com a realização do Encontro. Estou convencido que o sector das pescas, no que diz respeito à iniciativa privada, não poderá avançar muito sem o apoio concreto por parte dos representantes do Banco de Cabo Verde. A viabilização desse apoio foi claramente manifestada ao longo do Encontro e por isso estou optimista.

Roque Mendes (Pescador artesanal - Maio) - O Encontro teve para mim uma grande importância. Em Cabo Verde, o pescador foi votado sempre ao abandono, pois até ao momento nunca tínhamos tido a oportunidade de ver os nossos problemas e serem tratados a nível nacional. Cremos que o Encontro vai trazer-nos algo de positivo, contribuindo para que nós sintamos conscientes de estar a participar no processo de desenvolvimento do nosso país.

António dos Santos (Pescador artesanal - Sal) - A realização do I Encontro Nacional das Pescas foi uma grande prova de interesse, não só por parte do Governo e organismos ligados às pescas, como parte de todos nós, pescadores da Palmeira. O Encontro permitiu o esclarecimento da nossa situação. E bem precisávamos, pois somos a camada mais necessitada.

Feliciano Semedo (Pescador artesanal - Cidade Velha, Santiago) - Durante os 28 anos dedicados à pesca, nunca tinha tido a oportunidade de tomar parte num encontro tão grande. Isso foi bastante importante, porque permitiu que cada pescador apresentasse os seus problemas. Acho que agora as coisas vão passar do papel à prática. Reuniu 86 pessoas, muitas das quais se deslocaram de várias ilhas e regiões, acarreta despesa. Isso justifica que se passe ao plano das realizações, caso contrário ter-se-á gasto tempo e dinheiro em vão.

VP - Durante o encontro, pescadores de todas as ilhas criticaram duramente a SCAPA, dizendo nomeadamente que ela não corresponde aos seus anseios. Com base naquilo que foi dito, em que medida a SCAPA, a curto prazo, poderá vir a dar resposta a estas preocupações?

AB - Na realidade, os pescadores têm uma certa razão, sobretudo no que diz respeito ao material de pesca, porque foi necessário a SCAPA fechar-se um pouco, como explicámos recentemente ao VP, aludindo às medidas que tomámos, por forma a cumprir cabalmente a nossa missão. Não podíamos continuar a trabalhar sem organização interna, sem responsabilidade e sem critérios normais de gestão. Para conseguir isso, foi necessário concentrar a empresa na sua organização interna, acabar com os custos supérfluos e redimensionar cada unidade de molde a permitir que os passos dados possam vir a ter continuidade. Quando a SCAPA começou, o pescador precisava de material na Brava, e tratou-se de arranjar material para a Brava. Aliás, havia um bocado de material oferecido, isso nos anos 77, 78 e 79. Quando se precisou de material no Rincão tratou-se de pôr esse material sem que tenha havido a preocupação de vender esse material e voltar a comprar outro para se repôr o stock. Nessa primeira fase houve uma certa desorganização no trabalho, faltou critério de gestão, e isso acabou por fazer com que o material se esgotasse, ao mesmo tempo que a empresa ficava sem a capacidade financeira para voltar a adquirir outro equipamento. Aliás, no Encontro, chamei a atenção para o facto de a responsabilidade não ser só da SCAPA. Se quisermos chamar à responsabilidade os participantes, podemos também criticar os pescadores.

No balanço de 1983, a fim de pôr termo a situações irregulares, tivemos que insistir junto dos pescadores a ver se pagavam o material de pesca. E uma vez que isso não surtiu efeito, tivemos que pegar nas suas dívidas à SCAPA e colocá-las no défice da empresa, que se representou um prejuízo de cerca de 4.000 contos. Ora, se você oferece dinheiro, depois como é que vai ter dinheiro para comprar? Não quero minimizar a responsabilidade das pessoas da própria SCAPA, mas também não vamos transformar os pescadores em cotadinhos, eles têm a sua parte de culpa na forma como a SCAPA acabou por ficar. Quando eles dizem que a SCAPA começou bem mas que depois pouco ou nada fez, esquecem-se que o dinheiro não cai do céu, que ele tem de vir de algum sítio, pois não temos nenhum saco sem fun-



A SCAPA, empresa pública que mais prejuízos acumulou nos últimos anos, está por esse motivo na ordem do dia. No decorrer do I Encontro Nacional sobre as Pescas, ficou bem patente esse facto. A empresa, de que Arcília Barreto é directora, sofreu duras críticas, quer pela sua inoperância em termos de prestação de serviços, quer pela sua ausência em zonas onde devia estar presente.

Na entrevista, que publicamos a seguir, a dra. Arcília Barreto explica os condicionalismos que conduziram à actual situação da empresa e fala-nos das perspectivas de futuro da SCAPA.

onde podemos ir buscar dinheiro sempre que quisermos. Certo é que isso deveu-se, em grande parte, à falta de organização dum gestor na própria SCAPA. Hoje é impossível vendermos material e não sabermos a quem o vendemos. Vendêmo-lo e com a garantia de que, se não pagarem, temos forma ir ao tribunal e obrigá-los a pagar. Mas isso não foi dito na reunião, quisemos que realmente as pessoas falassem da forma mais aberta.

Neste momento temos uma quantidade considerável de material, importado por nós, para distribuir às diferentes delegações. Isso também não foi informado na reunião, porque não o achei oportuno. Não se pode trabalhar sem exigir responsabilidade à outra parte, porque, senão, onde é que o Estado vai buscar dinheiro para alimentar gratui-

tamente toda a população?

Neste momento a mentalidade do pescador é: está você satisfeito o pescador durante todo o ano e se falta um dia, ele atribui-lhe responsabilidade por esse dia, como se você nunca lhe tivesse servido durante os 365 dias. A SCAPA não ganha nada em ter material no armazém e não vender, mas a melhor solução é a empresa organizar-se de forma que, ao vender, tenha meios de comprar e voltar a vender com os seus próprios meios.

No ano passado, importamos material mas foi em pouca quantidade e este ano, por acaso, já importámos uma boa quantidade e esperamos a curto prazo responder às ansiedades do pescador.

VP - Quais os meios técnicos que a SCAPA poderá vir a pôr à disposição das ilhas onde a empresa não tem re-

presentação ou onde não funciona, apesar de ter lá uma delegação?

AB - Neste momento, já temos representações no Fogo, na Brava, na Praia, em S. Vicente e no Maio. S. Nicolau está paralizado neste momento porque tivemos que suspender o responsável local. No Maio, estamos a preparar de nos reorganizarmos, finalmente, ter outro pessoal, outro responsável. Mas quando há várias frentes de combate não se pode atacar todos ao mesmo tempo, sobretudo se não temos quadros à mão de semear. Então, damos prioridade aos lugares onde estamos a perder mais dinheiro, como é, por exemplo, o caso da Brava, S. Vicente e, em certa medida, Santiago. Neste momento, já temos pessoas capazes de dar respostas. Não vamos falar da Boa Vista, porque lá temos fábrica, mas lá ilhas como S. Nicolau onde temos mais problemas.

Em S. Vicente, a SCAPA suspendeu os seus trabalhos em 83 para proceder a alguns acertos, mas, neste momento, o grosso do pescado que se vende é da SCAPA. O encerramento foi para suspender o responsável que lá estava, reorganizar e aperfeiçoar os trabalhos.

Agora o que nos falta é dinheiro para termos o material a tempo, para podermos comprar o pescado. Estamos a tratar disso. A situação não está assim tão mal como pode parecer nas exigências dos pescadores, mas estou convencida de que, mais cedo do que se poderá esperar, grande parte dos problemas serão resolvidos e da melhor forma. Vai haver lacunas porque o sector artesanal é extremamente complicado.

Achei o encontro de extrema importância porque a meu ver, ultrapassou a minha expectativa, pelo menos no que diz respeito à SCAPA.

JORGE LIVRAMENTO

Política de pescas tem de ser rentável

Cont. da primeira pág.

Sobre os dinheiros públicos postos à disposição das pescas, ele defendeu que foram razões de ordem social mais do que económicas, que levaram à pulverização dos investimentos destinados à criação de infraestruturas de apoio à pesca artesanal em centros populacionais desprovidos de condições materiais e humanas que permitissem delas tirar o melhor rendimento.

Ovaldo Lopes da Silva defendeu que é inevitável terem muitos desses investimentos contribuído para dar maiores garantias e para o aumento dos rendimentos dos pescadores artesanais. A ver-

dade é que isso foi quase sempre à custa de uma transferência camuflada dos recursos do Estado afectos à SCAPA. A acelerada descapitalização desta empresa, que o Estado criou para ser o instrumento privilegiado do seu apoio à pesca artesanal, traz ensinamentos e motivos de reflexão, sobre os quais o Encontro se terá por certo debruçado, acrescentou o ministro das Finanças.

Sobre a comercialização do pescado, Oivaldo Lopes da Silva disse ser de conhecimento geral que o peixe é um produto de difícil conservação, pelo que tem de ser comercializado, na sua quase to-

talidade, poucas horas após a sua captura. Tal circunstância, segundo o titular das Finanças, advém do facto de o pescador ter de alienar a captura logo após um dia de trabalho intenso, o que funciona contra o próprio pescador, constituindo um factor que o impede de reivindicar uma justa remuneração, de forma a compensar-se das agruras e perigos inerentes à profissão. Mesmo nos períodos de escassez, quando o preço do peixe atinge valor elevado, em particular na Praia, é o "rabandante" que arrecada os benefícios, continuando o pescador a contentar-se com um preço de referência limitado supe-

riormente, devido ao baixo poder de compra de boa parte da população, que compra directamente sem passar pelos "rabandantes". A intenção que presidiu à criação da SCAPA de introduzir no circuito de comercialização de peixe um elemento moralizador que limitasse e disciplinasse a acção de "rabandante" e garantisse uma remuneração mais justa ao pescador, por razões várias não surtiu os efeitos desejados", e, logo a partida, a política de preços, estática, e proporcionando reduzidas margens de comercialização, colocou a SCAPA em posição de séria desvantagem em relação a "rabandante", acrescen-

tiu o ministro.

Sobre as nossas unidades conservadoras, Oivaldo Lopes da Silva defendeu a necessidade de se ultrapassar o nível actual e de se ter a determinação suficiente para tirar todo o partido das nossas vantagens cooperativas, em particular daquelas em que somos imbatíveis.

Na parte final da sua intervenção, o titular da pasta das Finanças afirmou estar condenada ao mais espectacular fracasso toda a política de desenvolvimento que privilegie os aspectos sociais em detrimento de considerações objectivas de rentabilidade económica.

A vulgar moeda constitui o dinheiro, criam-se e abrigam-se da sua influência pública. É a moeda que torna possível a troca de bens e serviços. É a moeda que torna possível a troca de bens e serviços. É a moeda que torna possível a troca de bens e serviços.

BIOECOLOGIA DAS MOEDAS. Quaisquer que sejam os meios de troca, a liberdade de circulação da moeda é essencial para a realização da produção das mercadorias. A moeda torna-se, portanto, o elemento essencial da biologia da moeda.

A moeda é a base da vida económica. A moeda é a base da vida económica. A moeda é a base da vida económica. A moeda é a base da vida económica. A moeda é a base da vida económica.